

Democracia em crise?

Fernando Henrique Cardoso

Agradeço a honra do convite para abrir este importante encontro luso-brasileiro e felicito os organizadores por terem selecionado temas tão relevantes para as discussões. Acadêmico que fui e político a que a vida me levou a ser tratarei deles mais como alguém que se recorda, do que viveu do que como alguém que teoriza. Peço desculpas, portanto, pelo pouco rigor acadêmico das palavras que proferirei.

Começo por recordar os longínquos tempos de 1968. Eu era professor de sociologia, na Universidade de Paris em Nanterre, quando chegaram os ventos renovadores daquele maio histórico. Não preciso repetir o que muitos sabem sobre o episódio, mencionarei apenas um fato, de pouca importância no contexto geral. Um belo dia, os estudantes em greve e Paris revoltada (antes da reação gaullista), me chama pelo telefone Lucien Goldmann, à época também professor em Nanterre, e pergunta: “Cardosô, voulez vous venir avec moi a une reencontre des jeunes professeurs de philosophie avec Marcuse?.” Marcuse estava em Paris para participar de uma homenagem que a Unesco organizara para celebrar o centenário da publicação de **O Capital**, a que eu também assisti. Respondi prontamente que sim e na hora aprazada encontrei—me com Goldmann.

No encontro assistimos a algo inédito: a decepção dos jovens professores (eu próprio ainda era jovem...) ativistas culturais da “revolução de maio” diante da sólida defesa que Marcuse fez da importância da leitura dos clássicos. O filósofo não era considerado ainda pela mídia, o que logo depois veio a ser, como o “arauto dos estudantes de maio”, os quais, aliás, o desconheciam; mas já era tido com razão como o mentor da onda que levou os

universitários americanos a se aliaram ao protesto dos guetos negros, sinal dos novos tempos libertários.

Por que digo isso?

Porque naquela época, como hoje, tudo o que era sólido parecia se dissolver no ar. Não tínhamos plena consciência, mas sentia-se que havia “novos tempos”, já se pressentia que a revolução tecnológica lançaria os meios de comunicação à frente dos acontecimentos políticos, econômicos e mesmo cotidianos. Não foi apenas a junção da luta dos trabalhadores com o grito libertário estudantil que produziu a comoção político social que se desencadeou sobre Paris. Foi também, senão que fundamentalmente, a adesão dos “meios de comunicação” o que transformou um mero episódio universitário em uma comoção nacional. Quando a televisão francesa aderiu à greve, quando os comunicadores tomaram a sério o protesto, os parisienses, as parisienses e a multidão de “forasteiros” que sempre rondam Paris transformaram tudo em uma discussão existencial. Passou-se a debater os efeitos e o sentido da produção econômica e da dominação na vida das pessoas. E generalizou-se a pergunta: o que eu quero fazer com a minha vida?

Paradoxalmente, tais questões, típicas dos filósofos existencialistas, sempre atormentados, e achando que todos os seres humanos também o são com a finitude da vida e com o sem-sentido do que vem depois dela, embora vigentes no dia-a-dia daquela Paris debatedora, preocupavam menos as pessoas do que reafirmar que “é proibido proibir”. Certo anarquismo deslegitimava todo tipo de poder, inclusive o intelectual: o próprio Sartre, apesar de seu maoísmo e de sua adesão emocional ao ativismo, foi vaiado publicamente pelos que o ouviram.

Inconformados com o que noutra época se chamou de “malaise” da vida cotidiana e que atormentava a muitos parisienses, os manifestantes estavam “contra tudo o que aí está”, desde a modorra da vida matrimonial, passando pelo formalismo burocrático das instituições e, sobretudo, pelas formas de

dominação. Nos protestos, passeatas e comícios, guiados frequentemente por símbolos de outra época como a bandeira negra, os manifestantes cantavam o hino da Internacional, sublinhando o “de pé, oh famintos da terra”. Isso numa França que ao ver dos doutos recendia prosperidade e orgulho nacional, sob a batuta de De Gaulle, de quem se dizia ser o novo Luiz XIV, com a diferença de que enquanto este era mal-amado pelo povo, aquele era o herói feito símbolo nacional.

E de fato, após a reação radiofônica do general contra “le chie-en-lit” que perturbava as ruas, assisti às maiores manifestações até então havidas, com as cores da bandeira francesa projetadas nos céus, para reafirmar “a ordem”. Ordem detestada por muitos, mas ainda baseada nos outros tantos que dela se beneficiavam. E, francamente, apelar aos famintos da terra em Paris, em momento de prosperidade nacional, era contar mais com a solidariedade planetária do que com a nacional.

Os novos tempos estavam começando: os tempos de a vontade tentar impor-se às instituições e o das pessoas reagirem como tal, como pessoas. Os participantes dos movimentos libertários sentiam-se menos como massa de manobra de partidos políticos ou como aderentes de um credo, do que como indivíduos que desejam opinar e participar. Ultrapassado o momento de catarses, as normas, as instituições, voltaram a predominar. Mas não como antes: concedendo, aqui e ali, ao que fora desejo de muitos no auge dos protestos. E mais, na dinâmica social, a disposição das gentes contava mais do que a força organizativa dos sindicatos ou dos partidos, que na França era imensa. Anos depois de De Gaulle veio Mitterrand, que tentou reviver à sua moda, o “nacionalismo responsável” do general. Com o coração pulsando do outro lado, o do socialismo, mais aberto a um futuro diferente, melhor para a maioria.

X

X X

Digo estas palavras na abertura deste simpósio para recordar que os problemas com os quais nos defrontamos talvez tenham raiz anterior. A revolução tecnológica das comunicações e suas consequências no modo de produzir e, mais ainda, do aumento da produtividade e de tecnificação da produção, que significa substituir a força humana pela máquina, ao mudar a economia muda também as formas de sociabilidade e muda a vida política. Não obstante, como aconselhava Marcuse, convém não perder de vista o que os grandes autores sintetizam da História.

Na história, nada se repete, dizem, tampouco se transforma completamente: há no ar outra onda de mal-estar. A que levou os americanos, respeitosos de suas regras eleitorais pouco sensíveis à votação majoritária, a eleger Trump. Votaram nele graças, especialmente, à irritação do “Rust Belt” com os cidadãos que estavam felizes com a internacionalização. Ou que levou os ingleses a preferirem a “Old Great Britain” – a orgulhosa Albion - à burocracia de Bruxelas. E sabe deus onde mais a saudade de um passado onírico derrotará os mais “modernos” e procurará voltar ao que não mais pode ser. No fundo a mesma imposição da vontade, “o que eu quero, eu posso fazer”, como se houvesse um espírito nietzschiano a pairar sobre nós.

Mas com sinal invertido: em Nanterre eram os jovens, a “nova esquerda”; nos Estados Unidos ou na Inglaterra são os mais velhos, a velha direita, os inconformados com os malfeitos da globalização, as vítimas da “mondialization malhereuse”.

É com esta perspectiva que quero abordar a crise da Democracia política contemporânea. As sociedades ocidentais formaram-se na convicção de que a democracia é um valor e é a melhor forma de organizar a relação entre quem manda e quem obedece, dando-lhe legitimidade. Sendo a melhor, por que não universalizá-la? Ao mesmo tempo, a cultura democrática reconhece que as formas políticas sozinhas não são suficientes para atender ao outro valor que o século das Luzes propôs e o Dezenove nos legou: o da igualdade entre as pessoas com a preservação da liberdade individual.

O velho diálogo entre “direito natural”—inerente aos indivíduos -- e “direito positivo”, perpassa os séculos. Há impulsos que talvez provenham da natureza humana; assim como há regras, feitas pelo homem, para evitar o *homo homini lupus*. É assim também com a Democracia, suas regras, asseguradas por uma Constituição, devem dar espaço à liberdade individual, limitando-a para dar cabida à liberdade dos demais. A democracia moderna, ao mesmo tempo, reconhece que, sendo necessária, não é suficiente: é preciso que se construam condições objetivas para lograr maior igualdade social.

Os impulsos difusos e dispersos das pessoas, ainda mais em tempos de internet, levam-nas a agir sem necessariamente respeitar regras estabelecidas. Reconhecer estes impulsos é conveniente, dar-lhes cabida é necessário, sob pena de fossilização das instituições da democracia. Por outro lado, descreer das construções do espírito das quais resultam as instituições e acreditar na pura vontade de cada um que se agrega a um movimento social trás o risco de anarquia e do ressurgimento do *homo homini lupus*.

Em vez perguntar como tornar universalmente compulsória a Democracia-- como se esta fosse uma entidade fixa a que um imperativo da razão obriga -- talvez seja melhor tentar ajustar nossas ideias sobre suas instituições à emergência das novas formas de comunicação e sociabilidade criadas pelo mundo contemporâneo, que mudou as formas de produção e os modos de associação entre as pessoas. Os ajustes políticos requeridos não supõem a recusa das formas representativas, nem muito menos a eliminação dos valores democráticos fundamentais de primazia da decisão popular, de liberdade e de igualdade.

Há que englobar na democracia representativa, aspectos de democracia direta, como já entrevisto há longa data, especialmente por Bobbio, e de manter a liberdade das pessoas existirem em sua individualidade e, ao

mesmo tempo, de pertencerem a um coletivo e de sentirem-se responsáveis por ele.

Nos tempos atuais, que podemos qualificar de “tempos contemporâneos”, para distingui-lo dos “tempos modernos”, o problema é como recriar a relação entre quem manda e quem obedece que inspire confiança nestes últimos e deles derive a legitimação da ordem, em sociedades cujas formas de sociabilidade se redefiniram, graças às inovações tecnológicas, com as “conexões à distância” que formam “sociedades em rede”.

X

X X

Nestas, as formas de sociabilidade se redefinem com as “conexões à distância” e colocam em dúvida o que a Razão e a práxis política construíram como expressão da melhor maneira de ajustar a vontade das pessoas: a democracia representativa. Está em marcha um processo complexo de descrédito nas instituições tradicionais da democracia, o que requer a reinvenção das formas de se fazer política, posto que se descrê dos partidos e da representação da vontade da maioria que eles expressariam. É a isso que nos referimos ao falar da “crise das democracias”. É uma crise dos partidos e das instituições que garantiam a legitimidade da vontade popular por meio do voto e da representação política.

Tal crise ocorre principalmente no mundo ocidental porque atinge o cerne de sua cultura política. Nesta a liberdade dos indivíduos, assegurada por leis autonomamente estatuídas, deu lugar a uma ordem institucional que define como se alcança o poder, por quanto tempo e sob que condições, para evitar que a Vontade dos poderosos domine a cena sem contrastes.

O mal estar contemporâneo se verifica também nos países de “economia emergente”, tanto nos de raiz ocidental (América Latina) como nos que se ocidentalizaram, como em alguns países asiáticos. Dada a unificação tecnológica dos modos de produzir, de consumir e de comunicação, ele pode

afetar também, mas de outra maneira, sociedades e culturas distintas das ocidentais.

Tal pode vir a ser o caso da China ou da Rússia e já houve consequências no mundo árabe.

X

X X

Saltemos os séculos. O importante é que com essas e outras ideias democráticas o que o mundo ocidental decantou como formação política foi um sistema eleitoral, em geral representativo, que expressaria pouco a pouco as realidades sociais e econômicas. Os clubes mais ou menos elitistas dos que chegavam à representação política nacional até meados do século dezenove acabaram por se transformar em partidos e estes a expressar as diferenças de posição social de seus integrantes e daqueles a quem se propunham a representar.

Com percursos diversos, a democratização das sociedades ocidentais e os avanços do capitalismo competitivo sedimentaram interesses sociais e econômicos que, através de partidos -- e não mais de clubes políticos aristocráticos—lutavam pelo poder. Com nomenclatura variável a pugna se dava entre “liberais e conservadores”; mais tarde entre socialdemocratas, ou que nome tivessem os partidos “dos trabalhadores”, e os mais próximos das classes médias ou dos proprietários, “radicais” e “conservadores”.

Foi este o mundo político institucional que o século vinte herdou do sec. XIX, com variantes de país para país. Nos albores do século passado as instituições políticas incorporaram o que no século dezenove eram mais ideias do que práticas partidárias. Mais tarde houve uma fragmentação vigorosa entre comunistas e democratas, de variável gama, propondo mais do que a alternância no poder, mudanças estruturais nas formas de organização social e econômica. Ao mesmo tempo, renasceu a ideia de um partido-condutor, seja o comunista, que representaria os anseios da “única classe” portadora do futuro -- a operária –, sejam os partidos nazi-facistas, com a visão mais voluntarista do “grande homem” como condutor da

história. De toda maneira, a estrutura social expressava-se nos objetivos propostos pelos partidos, que refletiam, mesmo que palidamente e simplificando, os embates que ocorriam na sociedade.

Este modelo extremou as diferenças entre uma esquerda mais revolucionária (comunista com variantes) e uma direita mais conservadora e pró-capitalismo, ficando espremidas no “centro” tendências democráticas com variáveis graus de sensibilidade popular. Deu lugar também a uma luta feroz entre regimes democráticos e formas de totalitarismo, custou guerras e revoluções, que não se justificavam apenas pela relação ou pelas diferenças entre sistemas econômicos e políticos: o nazismo e o fascismo sustentaram economias capitalistas e produziram crises mais políticas do que econômicas. Com estes embates e com as lutas pela preservação dos ideais de liberdade, individualidade e controle dos sistemas de poder pelas maiorias o mundo ocidental moldou sua cultura política e encontrou racionalização para defender suas instituições de governo no século vinte.

X

X X

Na segunda metade do século vinte, especialmente dos anos sessenta em diante, os temas da igualdade cresceram muito. Na primeira metade do século impôs-se a extensão aos trabalhadores das garantias sociais e econômicas que setores das classes médias já haviam alcançado, tendo como porta-vozes partidos socialistas e socialdemocratas de variadas gamas. Já nos países menos desenvolvidos as lutas em prol das classes médias e dos trabalhadores acentuavam a necessidade de inclusão das massas rurais e dos pobres à sociedade. Pregava-se o fim do trabalho incerto, a existência de cobertura social para a saúde, a universalização da educação, que se garantissem as aposentadorias, que se fizesse a reforma agrária e assim por diante (conquistas em marcha nas sociedades mais desenvolvidas).

Frequentemente nos países menos desenvolvidos o jogo de poder era movido, mais do que por partidos, por movimentos chefiados por caudilhos

populistas que questionavam a ordem vigente em nome dos referidos ideais. Mais para o fim do século, ultrapassando os temas da igualdade econômica, tanto nos países desenvolvidos como em alguns dos menos, primou a luta pela aceitação das diversidades culturais, a partir do princípio da igualdade básica entre os seres humanos. Neste âmbito avançou o feminismo, plataforma libertadora importantíssima, a luta pelos “direitos civis” nos EEUU, quer dizer, o fim das discriminações legais contra os negros e a incorporação crescente dos indivíduos à cidadania, até, chegar-se, mais recentemente, à luta por um lugar ao sol para os gays e para a “comunidade LGBT”. Ao mesmo tempo, com a internacionalização da economia, as questões ambientais globais se incorporaram ao novo ideário.

No plano das relações internacionais as antigas aspirações do Estado-nação, a primazia do interesse de cada um deles, que a miúdo levou a guerras, foram sendo atenuadas pela criação das Nações Unidas, pela colaboração crescente entre blocos de países, cujo melhor exemplo foi a União Europeia de 1993, e pelo fortalecimento de variantes do espírito internacionalista.

Tudo isso coincidiu com a expansão das empresas multinacionais, sedimentando na percepção dos povos que globalização econômica, solidariedade internacional e tolerância à diversidade formavam um bloco único e seriam características dos “tempos contemporâneos”.

Enquanto durou a polarização entre Comunismo e Capitalismo ou entre Totalitarismo e Democracia, até ao final da Guerra Fria, este embate jogou nuvens na compreensão das transformações profundas que estavam ocorrendo: o maio de 1968 ainda pertencia, neste sentido, aos “tempos modernos”.

À medida que a “ameaça comunista” esmaecia e que a China se envolveu na busca de um “desenvolvimento harmonioso”, da possibilidade de convergência de interesses entre os países hegemônicos e em evitar a armadilha de Tucídides (ou seja, novas guerras para cimentar sua ascensão ao mundo dos grandes) – e especialmente com o fim da União Soviética – o

mundo em geral e o Ocidental em particular deram de frente com as tensões próprias do novo momento da História: o que parecia suficiente para sustentar as crenças democráticas vigentes de organização do Estado e da Sociedade, a fé em que haveria legitimidade no mando, a despeito das diferenças de posição de uns e outros na estrutura social e econômica, começou a ser abalada.

Daí por diante tudo voltou a ser posto em causa: as pessoas passaram a conhecer melhor o metabolismo do Poder e da Economia (graças aos avanços da comunicação e ao gozo das liberdades) e a descrer da capacidade dos que mandam de ouvir seus interesses, tal como expressos pelas instituições democrático-representativas e pelas organizações da sociedade civil. Começou a busca tateante pela “expressão direta” da vontade das gentes.

X

X X

Deixem-me voltar às reminiscências para falar sobre os efeitos desta crise no Brasil, antes de voltar às questões mais gerais e de concluir.

Sem entrar em pormenores, concentrando-me na área política: apesar dos inequívocos avanços no processo de democratização (qualquer que seja a dimensão que se tome dele) o fato é que desde a primeira eleição pelo voto direto, em 1989, dos quatro presidentes popularmente eleitos dois sofreram processos de “impeachments”, o que em si já é preocupante; mais ainda, enquanto a um dos presidentes se atribuía a condição de pertencer ao “campo da direita” (Fernando Collor) e a outro (Dilma Roussef) ao “da esquerda”, ambos não caíram por pressões de movimentos ideológicos com repercussão no Congresso.

Este, nos dois casos, era composto por deputados mais atentos a reivindicações corporativas, negociando com o Executivo por meio de “frentes pluripartidárias”, como a dos ruralistas, a da saúde, etc., do que por

meio de partidos portadores de uma visão do mundo. Em ambos os casos de impeachment houve alegações de “corrupção”, mas o certo é que os Presidentes caíram porque perderam as condições políticas para governar.

Por que?

No Brasil os partidos, mesmo os que se alinham à esquerda, funcionam mais a la americana, como máquinas eleitorais, apoiadas em organizações intermediárias (igrejas, prefeituras, clubes de futebol, sindicatos, empresas etc.) que coletam votos, do que como marcos orientadores de escolhas ideológicas a serem feitas por eleitores informados e independentes. A conexão entre os partidos, ou melhor, entre os candidatos e a população se dá nas campanhas eleitorais. Nestas, os ouvidos do povo se abrem e as correntes partidárias têm acesso aos meios de comunicação, pois a lei eleitoral lhes dá acesso gratuito, o tempo disponível nos rádios e TV's variando conforme o tamanho das bancadas. Como a Constituição assegura livre organização dos partidos, este acesso privilegiado tornou-se motivo adicional para a proliferação de agremiações partidárias e de alianças espúrias entre elas. Alianças eleitorais se formam amiúde com transações pecuniárias entre candidatos e partidos, sem outro cuidado que o de aumentar o tempo de propaganda disponível.

Se no início da redemocratização havia menos de dez partidos, hoje há cerca de quarenta, dos quais mais de trinta funcionando na Câmara dos Deputados.

Dessa forma, à fragmentação da sociedade, produzida pela intensa divisão social do trabalho e pela mobilidade social, acrescenta-se a fragmentação partidária, mas sem a conexão entre uma e outra. Só para exemplificar: desde a redemocratização, embora por lei os Presidentes devessem obter maioria absoluta do eleitorado, seja no primeiro turno (meu caso) seja no segundo (casos de Collor, Lula e Rouseff), os partidos dos presidentes eleitos obtiveram na Câmara de Deputados apenas os 20% do total de cadeiras, o que leva à necessidade de alianças parlamentares para que o governo forme

uma maioria: eis o leito de Procusto dos regimes presidencialistas em sociedades de massas com partidos relativamente débeis.

O Presidente se vê forçado a entabular negociações com os parlamentares de vários “partidos” para repartir funções no Executivo, negociações pouco apreciadas pela população e que são desvendadas no dia-a-dia pelos meios de comunicação. Processo que ainda por cima induz à criação de mais “partidos” para que agregados de deputados negociem com o governo postos no Executivo.

X

X X

A diferença entre os anos noventa e os atuais é que essa “comunicação” hoje não é apenas a tradicional, mas a dos Twitters, Face Books, Instagrams e o que mais se invente para permitir a comunicação direta. Se no passado o governo havia que cuidar das editorias de mídia escrita, da TV e dos grandes comentaristas políticos, atualmente cada cidadão é um ator, e o que ele expressa, certo ou falso – não há curadoria que nos diga – pesa na formação da opinião pública.

Como manter a confiança e a legitimidade do mando em tais circunstâncias? Esta é a Esfinge da democracia contemporânea. Não basta o voto, que não obstante, continua a ser indispensável para aferir maiorias; não se pode minimizar a representação, posto que se o fizermos estaremos entre o “poder pessoal” e os vai-e-vem da massa. É necessário, portanto, valorizar formas de comunicação e de participação direta que permitam às pessoas, pelo menos nas questões centrais, manifestarem-se e se comprometerem com as decisões. Ao mesmo tempo e paradoxalmente, cresce o papel (ou o vácuo) das lideranças: se estas não são capazes de “se conectar”, no dia a dia, não apenas com as forças organizadas, mas com “as pessoas”, sua capacidade de resistir aos movimentos de opinião diminui e, sua ação pode ser engolfada rapidamente pela voracidade e velocidade das mudanças de circunstância ou do “clima político”.

Quem manda precisa estar atento o tempo todo aos sinais que a sociedade emite. Às vezes, em plena expansão do consumo e do bem estar social, brotam irritações de ordem moral: a corrupção e o desmazelo com a coisa pública podem ser tão letais quanto o desemprego. Mais ainda, mesmo fatores de insegurança real ou psicológica contam para minar o poder. Reações do tipo: “olha a massa de imigrantes a tomar meu emprego!”; ou “as fábricas estão criando emprego em outros países”; ou, generalizando, “a globalização é a causadora de todos os males” se propagam. Logo, seria melhor, dirão os saudosos de um passado do qual as pessoas guardam uma memória menos dramática, a volta ao bom e sadio nacionalismo e concluirão que o “excesso” de conquistas populares ou identitárias destrói as tradições do país.

Desde minha experiência com o maio de 1968 andei as voltas com entender as mudanças sociais sem limitar as explicações às contradições na “infraestrutura”, ou ao choque entre capital e trabalho. Os curtos circuitos podem ocorrer em distintos setores da sociedade, inclusive nos que, em linguagem marxista, seriam considerados superestruturais: no plano da cultura e da moral, por exemplo. Claro, existe uma conexão entre as partes, mas nas sociedades regidas pela comunicação em massa qualquer simplismo nesta matéria leva a tropeços.

No começo desta já longa exposição falei na “irritação do Rust Belt”, não só com o eventual desemprego, mas com o descaso dos vitoriosos da globalização. No que diz respeito ao último episódio de impeachment no Brasil, as primeiras manifestações que terminariam por levar ao desgaste e posterior destituição da presidente Rouseff surgiram em 2013, muito antes que a opinião pública tomasse conhecimento dos desastres econômico-financeiros que afligiam o país¹. Elas começaram a partir de reivindicações estudantis (o passe-livre nos transportes) e em seguida por causa da irritação “de classe média” com a corrupção.

¹ Ver o artigo de Brian Winter, *Revisiting Brazil's 2013 protests: what did they really mean*, **Americas Quarterly**, march, 2,

Isso não impediu a reeleição em 2014 (as máquinas e o dinheiro funcionam...), mas levou à perda subsequente do poder. A perda de confiança levou à paralisia de decisões e esta ao desenlace. Quando as insatisfações com a política econômica e com o desemprego entraram em cena, a conexão entre a irritação popular, o desgaste político e impeachment se tornou fácil.

Como recriar a confiança na democracia (inclusive a formal, representativa) abrindo espaço à manifestação das pessoas para obter sua adesão às políticas públicas é a questão. Só a confiança assegura que a legitimidade do voto se mantenha e com ela condições para o poder ser exercido com a estabilidade necessária para cuidar das coisas que contam para o povo. A popularidade é indispensável para ganhar as eleições; a credibilidade para o exercício do poder; as duas juntas, melhor.

X

X X

Mais recentemente com vitória de Trump ou a do Brexit, o ressentimento surdo de quem sentia perder espaço na sociedade com as formas atuais de integração econômica e de internacionalização das decisões, e mesmo o medo do futuro, reviveu o que os comentaristas deram por chamar de “populismo de direita”, fenômeno bem diferente do populismo latino-americano. Este, mesmo sendo um movimento acima de partidos e personalizado, procurava mover-se no âmbito do progressismo político. O novo populismo, antes de ser “de direita” (sendo-o) é um movimento defensivo – de medo do futuro -- que, talvez sem o querer, está destruindo a fé na democracia.

Pesquisas mostram (e a tendência se repete em diferentes países) o imenso descrédito das instituições democráticas e a reapreciação das forças repressivas. Por exemplo, nos EEUU os dados do Gallup, segundo Bell Bishop no site do The New York Times de 3 de março último, o Governo como instituição, de um pico de aprovação de 72% em 1995, caiu a 36% em 2016.

A Suprema Corte perdeu 10 pontos percentuais de aprovação em 40 anos, passando dos 45 % a 36%. Os militares, entretanto, mantêm-se acima de 70%! E mesmo a polícia vai de 52% em 1995 para 56% em 2016. O Congresso é o campeão de salto no abismo: atingiu em 2016 apenas 9% de sustentação. Mesmo instituições como as escolas públicas, que nos anos setenta alcançavam 58% de aprovação, hoje obtém magros 30%, para não falar dos Bancos que se obtiveram 60% na década de oitenta, hoje mal chegam a 27%.

Não são diferentes as tendências no Brasil. E tal descrédito se joga contra quem quer esteja no poder. Mal deposta Dilma Rousseff, é sobre o novo presidente, Michel Temer, que fora vice da presidente deposta, que se concentram as forças críticas da sociedade. E não é assim na França, onde o antigo prestígio dos partidos de referência, os socialistas e os republicanos conservadores, se derrete com a subida de Le Pen e de um “político emergente”, Macron? E acaso Wilders não põe em cheque o establishment democrático-liberal e o conservador da Holanda? E a Áustria não oscilou entre o autoritarismo de um candidato e os amores verdejantes de outro, para não falar da Polônia ou da Hungria, onde “a direita” vence. Onde está a força dos velhos partidos?

No Brasil, na Câmara atual, somando-se os três principais partidos, a saber, Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), Partido dos Trabalhadores (PT) e Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), não ocupam 200 das 513 cadeiras. E pior, não se somam nas votações. O eleitorado flutua ao sabor dos “fatos do dia” e a antiga polarização PT/PSDB se baseia em partidos que, segundo a última pesquisa de opinião, têm a preferência de 15 e 8% dos eleitores, respectivamente, e são os que maior número de adeptos possuem... Não é em instituições que o povo confia. Eventualmente, confia, ou vota, em pessoas. Até que elas cheguem ao mando.

X

X X

Dá para enfrentar os desafios? Começo pelo mais geral. Reconhecendo que a gangorra do poder global está sofrendo modificações e que a ordem econômica liberal e suas instituições políticas estão sob mira, Joseph Nye, insiste em que não há razões para acreditar que os Estados Unidos se retraiam de seus compromissos de sustentar a ordem global: “ Os Estados Unidos continuarão a ter a liderança do poder militar nas décadas futuras. (...)As garantias de segurança dadas pelos EEUU na Ásia e na Europa continuarão a assegurar as condições básicas para a estabilidade que assegura a prosperidade da ordem liberal. (...)Mesmo que a globalização econômica venha a ser mais lenta, a tecnologia está criando uma globalização ecológica, política e social que requer respostas cooperativas “²

Com otimismo, e reconhecendo a “driving force” das novas tecnologias, por que não perguntar: acaso elas não podem ser instrumento para revitalizar as práticas democráticas no mundo ocidental? Esta parece ser a aposta otimista, algo ingênua, do grande cientista político americano, criador da noção de “soft power”.

Diante de uma observação de Francis Fukuyama sobre a conjuntura (o populismo --diz ele -- existe porque as instituições são conduzidas pelas elites e agora com a internet as elites estão perdendo o controle necessário para que a democracia funcione) é melhor concordar com Nathan Gardels quando diz no mesmo *World Post* que recolhe as opiniões de Fukuyama:

“Eu gostaria de acrescentar que o grande perigo hoje é a confusão de populistas ardorosos, uma elite irresponsável e fora de controle – que corretamente deve ser derrubada –, com uma elite educada e experiente de que toda sociedade numerosa necessita para governar”³. Era nesta,

² The United States will remain the world’s leading military power for decades to come (...) US security guarantees in Asia and Europe provide critical reassurance for the stability that underlies the prosperity of liberal order (...). Even if economic globalization were to slow, technology is creating ecological, political and social globalization that will require cooperative responses”, Joseph Nye, “*Will the liberal order survive?*” *Foreign Affairs*, fevereiro de 2017)

³ “I would add that the great danger today is conflation by fervant populist corrupt, out-of- touch and unresponsive elites –that rightly should be overthrown – with a learned and experienced elite that any larger society needs to govern”. Nathan Gardels, *U.S. Founders entrusted elites to save democracy from itself*, in *The Global Post*, weekend round-up, February, 2017.

acrescento, que se mostravam esperançosos os *Founding Fathers* quando propunham a democracia representativa.

Melhor, penso, deixar à margem o fatalismo implícito no triunfo da Vontade nacional pouco ilustrada, e reafirmar certo otimismo esperançoso de que as instituições democráticas contemporâneas possam ajustar-se a princípios baseados na razão, mas que aceitem a vontade das pessoas. Eu acredito que o desafio para os cientistas sociais, pensadores e políticos não é o de se conformarem com a “ruína da democracia”, mas o oposto. A despeito de ser necessário reconhecer que há escolhas irracionais ainda é possível crer, como Pascal na interpretação de Michel Lebrun⁴, que a Razão pode nos guiar nas apostas. Dois exemplos apenas.

No plano político Tony Blair deu um sinal de alerta no *The New York Times*⁵. Compartilhando a visão de que boa parte do eleitorado está assustada com a globalização e com a escala, escopo e velocidade das mudanças, que deslocam empregos e fraturam as comunidades, que dissolve as antigas diferenças de raça, nação e identidade cultural, reconhece que há uma reviravolta favorável ao “populismo de direita”.

Este se forma apoiado por uma coalisão composta tanto por antigos “esquerdistas” das classes operárias que se sentem deixados à margem pela História, quanto por “direitistas tradicionais” que sempre odiaram o liberalismo. Ambos coincidem em um nacionalismo que se opõe às alianças internacionais e procuram uma figura autoritária forte que atue em favor dos descontentes, sem se preocupar com o que o establishment pense a respeito. Para Blair estaríamos presenciando uma transformação, que menos do que econômica é cultural, na qual se para alguns setores de trabalhadores o “big business” é o demônio, para certos segmentos conservadores da população é a imigração que cumpre este papel.

⁴) Ver Gérard Lebrun, *Pascal, tours, détours et retournements*, Beauchesne, Paris, 2016

⁵) Tony Blair, *Against populism the Center must hold*, *The New York Times*, op-ed, 3 de março, 2017

Não há novidade no diagnóstico, mas há na reação a ele: há diferenças na motivação do novo populismo entre os eleitores da antiga esquerda progressista e os que permanecem na direita conservadora, embora as consequências políticas coincidam: o novo populismo paralisa o “centro” (tanto o centro esquerda quanto o centro direita) que é percebido como administrador do status quo, numa era em que o povo quer mudanças. É preciso mudar esta dinâmica. Como?

Os novos centristas, acredita Blair, devem ter políticas para a imigração, reconhecer os perigos do Islamismo radical e não ser obsessivos nas causas de identidade de gênero. Sobretudo, devem mostrar-se como arautos da mudança, fortalecendo uma aliança simbólica entre as forças condutoras da revolução tecnológica (o Silicon Valley) e os responsáveis pelas políticas públicas no governo.

Com esta agenda, as políticas do Centro Progressista, deveriam ser populares, não populistas, e abrir um espaço de esperança. Não haveria por que cruzar os braços, portanto, diante da vaga reacionária.

A partir de outras perspectivas, alguns cientistas políticos contemporâneos, sem negar o progresso tecnológico, vêm propondo utiliza-lo para aproximar os eleitores do processo decisório e dar, assim, maior confiabilidade às políticas públicas. Não é o caso, nesta palestra, de fazer um balanço desses esforços. A título de exemplo: desde os trabalhos de Robert Putnam e dos muitos que se ocuparam com as novas formas de sociabilidade e com o foco nas práticas democráticas comunitárias, como o livro de J Fishkin chamado *When People Speak*, uma enorme quantidade de estudos sobre decisões consensuais a nível local vêm sendo propostas, com o reconhecimento de que as novas tecnologias permitem a aproximação entre as pessoas e os tomadores de decisão. Mesmo práticas de resultados incertos, como as experiências de “orçamento participativo” no Brasil, despertam a atenção e indicam um caminho de revitalização democrática.

Entretanto, o desafio atual é maior. Não se trata apenas de focar na comunidade, mas de reagir ao pessimismo derivado do medo da globalização e da desconfiança nos establishments do poder, criando alternativas políticas que abram espaço para melhorar a vida das pessoas e dar-lhes voz em algumas decisões. Não creio que se possa substituir por um vago “internacionalismo” a força agregadora do estado-nação que existe nos países que têm o sentimento de soberania e de partilhar um “destino comum”. Mas é descabido imaginar que o projeto do futuro seja a volta ao passado dos nacionalismos e autoritarismos.

É preciso ousar: diminuir, por exemplo, a duração do trabalho nos países de economia madura e oferecer um salário básico aos que estão fora do mercado. Dar-lhes novas oportunidades de treinamento, melhorar a qualidade das políticas públicas e da avaliação de seus resultados (especialmente nas áreas de segurança, saúde, educação e transportes). E, sobretudo, não desistir de políticas que levem maior igualdade econômica à Sociedade. Se isso for feito com uma visão tecnocrática tampouco satisfará o desejo de inclusão e de participação. Rejeição similar ocorre quando os proponentes das “novas abordagens” carecem de base moral para falar em nome de uma ordem política renovada. As maiorias populares precisam sentir que: “os que governam são do meu lado”. Sem isso, as boas intenções tecnocráticas morrerão no ceticismo e no niilismo das pessoas.

X

X X

Disse no início que é preciso voltar a crer na Razão, mas numa razão modesta. Que se incline diante das manifestações da Vontade das pessoas para melhor compreendê-las e que não tema os imprevistos, trate de entendê-los. Tecnologias para gerir as coisas de estado existem, assim como também existem modos de focar na participação local e mesmo no eleitorado mais amplo e dar-lhes escuta. Não é preciso entregar as decisões de governo aos sabores do momento ou aos mobs eletrônicos.

A democracia contemporânea terá que se basear num individualismo de novo tipo, que não se resume à busca da satisfação pessoal (o “individualismo possessivo”) e se abra a dimensões participativas. Que reconheça o coletivo, que dê espaço à vontade individual na feitura das regras da Polis, mas que reconheça que sem o senso da responsabilidade social e o respeito ao sentimento das maiorias, o entrelaço das vontades pessoais leva apenas a ditaduras.

Há alternativas contemporâneas para garantir a liberdade, a individualidade e propósitos coletivos. Trabalhem nesta direção.